

Percepção de classe social entre idosos e suas relações com aspectos emocionais do envelhecimento

Social class perception among elderly people and its relationship with ageing

Samila Sathler Tavares **Batistoni***
Anita Liberalesso **Neri****

Resumo

O presente ensaio teórico buscou analisar os conceitos de “classe social percebida” e “mobilidade social percebida” no contexto da psicologia do envelhecimento. Discute-se a necessidade de compreensão das relações entre as auto-descrições de classe social com aspectos emocionais do envelhecimento, como as suas influências sobre a ocorrência de sintomatologia depressiva na velhice. O texto chama atenção para as possíveis diferenças evolutivas nas auto-descrições de classe e na percepção de mobilidade social no curso da vida e traz reflexões sobre aspectos metodológicos na investigação dessa temática.

Palavras-chaves: Psicologia do Envelhecimento; depressão; classe social; idosos.

Abstract

The present theoretical essay aimed to analyse the "perceived social class concept" and "perceived social mobility" in the context of ageing psychology. The need for the comprehension of the relationships between auto-description of social class and emotional aspects of ageing, as well as its influence in the occurrence of depressive symptoms in ageing, is discussed. This paper calls attention for possible evolutive differences in class auto-description and social mobility perception in life course and it brings reflections on the methodological aspects of the investigation on this thematic.

Key-Words: Ageing psychology, depression, social class, ageing.

* Psicóloga, doutoranda em Educação pela UNICAMP.
Contato: samilabatistoni@gmail.com

** Psicóloga, doutora em psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP, professora da Faculdade de Educação da UNICAMP.

O refinamento das teorias e o diálogo interdisciplinar que vem mantendo, notadamente, com a Biologia e as Ciências Sociais, tem favorecido o progresso e aperfeiçoamento da Psicologia do Envelhecimento nos domínios de conhecimento e de aplicação. Entre as contribuições que essa área tem oferecido, estão os parâmetros

psicológicos sobre o que é e o que determina ou facilita um envelhecimento bem-sucedido e sobre quais são as características dos diferentes padrões de envelhecimento, comumente reconhecidos como normal, ótimo e patológico. A caracterização dessas categorias vale-se amplamente das auto-descrições e

avaliações que os idosos fazem de suas condições de saúde e funcionalidade física e mental, afetividade, motivação, independência financeira e autonomia. Essas auto-descrições são mediadas por mecanismos de comparação entre as suas condições e as apresentadas por pessoas da sua idade, entre as condições de que desfrutam na atualidade e as que dispunham no passado e entre as suas condições e as suas expectativas atuais e passadas.

As auto-descrições e as avaliações da própria satisfação e do próprio ajustamento às condições da velhice muitas vezes envolvem conteúdos de afastamento social, distanciamento afetivo, insatisfação generalizada, desinteresse pela vida, escassez de metas e de envolvimento com atividades, dores, cansaço e mal-estar generalizado, que, aos olhos do especialista, refletem depressão. Embora os estados depressivos não sejam uma ocorrência universal entre os idosos, existe um consenso de que a sua probabilidade de ocorrência aumenta na presença de condições que limitam o acesso de pessoas de quaisquer idades a experiências que as fazem sentir-se bem e descrever-se como altamente satisfeitas e envolvidas com a vida. Tipicamente, a velhice potencializa as limitações em matéria de saúde, de relações sociais, de manejo da vida diária e de status social, entre outras condições, e por isso, do ponto de vista adaptativo, os idosos são mais exigidos do que os mais jovens, e a não-adaptação pode gerar um desequilíbrio entre emoções, interesses, bem-estar, imagem social e envolvimento global com a vida.

A respeito das implicações da depressão na velhice, em publicação de 2001, a *Society of Biological Psychiatry*¹

resumiu os resultados das pesquisas internacionais sobre a sigla “5 D”: *Disability* (incapacidades); *Decline* (declínio); *Diminished quality of life* (diminuição da qualidade de vida) e *Discriminatory reimbursement policies* (políticas discriminatórias de indenização). Tal sigla resume o potencial da depressão para alterar o curso do envelhecimento humano, sendo relevante compreender esse fenômeno também a partir da pesquisa descritiva em psicologia do envelhecimento. Este campo se ocupa, entre outras coisas, da variabilidade intra e interindividual dos perfis de saúde física, cognitiva, social e emocional entre os idosos. O estudo dos antecedentes, das características e das relações entre sintomas auto-relatados de depressão no envelhecimento pode contribuir para a compreensão da heterogeneidade das experiências individuais e sociais na velhice, uma vez que sintomas depressivos podem significar uma alteração adaptativa em face dos controles impostos pela sociedade e das restrições e das perdas associadas ao envelhecimento.

A depressão não é um fenômeno dependente apenas de fatores orgânicos, sendo, portanto, de natureza multifatorial e, nessa multifatorialidade, uma parte importante são os fatores subjetivos implicados. Por isso, um conjunto de variáveis que contribuem para a compreensão da heterogeneidade das experiências emocionais na velhice, tais como a presença de sintomas depressivos, diz respeito às de natureza psicossocial. A literatura proveniente da Psicologia do Envelhecimento tem asseverado que, no que se refere aos fenômenos psicopatológicos que podem ocorrer na velhice, é importante assumir uma perspectiva desenvolvimental e levar em conta que, além das

¹*Biological Psychiatry* 2002; 52: 145-147.

vulnerabilidades genético-biológicas, outras podem ser adquiridas ao longo da vida como resultado do contexto e das influências socioculturais e macro-estruturais. Estas vulnerabilidades podem não seguir a mesma trajetória de aumento linear ao longo da vida, tal como percebida nas trajetórias genético-biológicas, mas também podem culminar em depressão e em sintomas depressivos.

Na literatura sobre estresse e enfrentamento na velhice, considera-se que o empobrecimento financeiro e de recursos sociais e as auto-percepções de perdas sociais são ocorrências típicas da velhice e exercem forte demanda sobre os idosos (Aldwin, 1994). Processos de comparação social intervêm na avaliação do bem-estar subjetivo, do qual a depressão é uma expressão, assim como na avaliação da própria posição social, da qual classe social e mobilidade social percebidas são expressão. Por esse motivo, esses construtos são alvos do interesse dos estudos sobre envelhecimento e sobre psicopatologia na velhice.

Conforme Diehl (1999), ao longo da vida, os contextos microsocial e macro-estrutural predisõem os indivíduos a certas vulnerabilidades: dependendo dos papéis sociais que desempenham ou da posição que ocupam na estrutura social, as pessoas ficam mais ou menos expostas a eventos de vida críticos durante o seu desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, pessoas pobres, com pouco acesso à educação e que sofrem outras restrições devido à posição social são mais expostas a eventos incontrolláveis do que as mais privilegiadas, justamente porque lhes faltam recursos não só para não sofrerem os eventos, como também para superá-los e para discriminar as contingências que os determinam.

Os dados relatados por Everson, Maty, Lynch e Kaplan (2002), Hoffman e Hatch (2000) confirmam essa informação ao mostrar que variáveis relacionadas a *status* socioeconômico, em diferentes grupos etários, associam-se a diferentes respostas em saúde mental. Indivíduos de classe social baixa tendem a ter índices mais altos de hostilidade e depressão, maior vulnerabilidade a desordens neuróticas, mais ansiedade e agressividade do que indivíduos de estratos sociais mais altos.

No que se refere aos estudos que usam classe social como parâmetro para descrever e comparar indivíduos e grupos, a literatura psicológica comumente usa os critérios sociológicos de renda, nível educacional e ocupação do indivíduo, de seus pais ou de sua família como indicadores (Tuwenge & Campbell, 2002). No entanto, a exemplo de Liu e colaboradores (2004), vários estudiosos julgam que essas variáveis têm menos valor explicativo do que o julgamento pessoal que o indivíduo faz de sua posição social, a partir do processo de comparação de si com os outros e com seus próprios valores, realizações e expectativas. Para Liu e colaboradores (2004), o construto classe social percebida diz respeito à avaliação que o indivíduo faz dos recursos humanos, sociais ou culturais disponíveis para que se sinta parte de um dado grupo de referência. Liga-se à percepção de posição e de prestígio no grupo e tem forte relação com sentimentos de pertencimento. Liu et al (2004) realizaram meta-análise da literatura disponível sobre classe social percebida e identificaram que a avaliação subjetiva de classe social prediz melhores medidas de saúde física e mental do que os critérios objetivos renda, ocupação e educação. O estudo de Adler, Epel, Castellazzo e

Ickovics (2000) com 157 mulheres residentes na comunidade sugere que a auto-percepção de classe social influencia o modo como o indivíduo experimenta eventos estressantes, seu senso de controle e seu pessimismo, bem como influencia indicadores de saúde, tais como sono e peso corporal, todos associados à depressão.

Assim como o conceito de classe social, a mobilidade social também tem um aspecto objetivo e um subjetivo. A discrepância entre o real e o percebido em termos de posição social e de mobilidade social pode ajudar ou prejudicar a adaptação da pessoa, na medida em que venha a funcionar como mecanismo motivacional protetor ou estressante em relação ao funcionamento psicossocial e ao bem-estar subjetivo. Falando objetivamente, o empobrecimento, a perda de prestígio e a perda de papéis, têm potencial para moderar sentimentos de insatisfação decorrentes da percepção de que está ocorrendo um processo de mobilidade social descendente. No entanto, a literatura internacional sobre bem-estar subjetivo tem mostrado que a satisfação dos idosos com a vida não declina com a idade, apesar do declínio de recursos financeiros talvez em virtude de as coortes mais velhas terem um nível de aspiração mais baixo, talvez como sinal de que os idosos são capazes de ajustar suas metas em face da diminuição de recursos e de competências (Diener & Suh, 1998).

Uma indicação derivada da pesquisa empírica ajuda a compreender a complexa interação entre classe social e mobilidade social, em termos objetivos e subjetivos. É a que diz respeito ao fato de que níveis absolutos de renda têm menos relação com o senso de bem-estar subjetivo do que mudanças bruscas de renda e de estilo de vida. Da mesma

forma, enriquecimento súbito pode criar conflitos de valores e de expectativas e insatisfação. Em quaisquer casos, processos de comparação social e processos de auto-regulação do *self* ajudam os idosos a adaptar-se às mudanças (Neri, 2002; Diener & Suh, 1998).

Tyler e Hoyt (2000) sugerem que, entre os idosos, o fato de dispor de poucos recursos econômicos e sociais pode resultar em alta incidência de efeitos psicológicos negativos, porque tal escassez os expõe a eventos negativos, a pouco acesso a recursos de enfrentamento e a avaliações disfuncionais sobre suas possibilidades de resolver problemas. A esse respeito, Baltes e Lang (1997) asseveram que, quando a velhice é associada à perda de recursos subjetivamente avaliados como necessários à adaptação ou ao alcance de metas desejáveis – como, por exemplo, *status* social, prestígio, boa saúde, renda, funcionamento cognitivo que assegure autonomia e presença da quantidade e da qualidade de apoio social que a pessoa julga adequados ao seu bem-estar – ela tende a ser vivida como um período crítico do desenvolvimento.

A consideração dos efeitos das variáveis classe social percebida e mobilidade social percebida sobre o bem-estar subjetivo dos idosos é uma opção válida para os interessados em estudar a depressão nas coortes mais velhas, uma vez que a depressão tem relação com processos motivacionais que guardam estreita associação com as crenças pessoais sobre identidade, controle e agência. Estas são aprendidas ao longo da vida e apóiam-se em mecanismos de comparação social. Comparações para cima podem ser importantes mediadores do estabelecimento de metas e para o uso de mecanismos de enfrentamento

que ajudarão a pessoa a desenvolver-se e a sentir-se no comando da própria vida. Podem também ser fontes de desadaptação, quando os recursos pessoais não condizem com as metas ou com os investimentos requeridos para realizá-las. Comparações para baixo podem ser adaptativas em situações em que o indivíduo precisa salvar a auto-estima, quando prejudicada pela percepção de incapacidade ou inadequação. Comparações laterais podem ser úteis quando o foco da adaptação é a necessidade de auto-identificação e de auto-confirmação (Bandura, 1997).

Pode-se dizer que a avaliação das variáveis classe social percebida e mobilidade social percebida de tais dados constitui-se numa investigação genuinamente psicológica na medida em que são mediadas pela subjetividade dos entrevistados. No entanto, não se pode negar que existem diferentes níveis de subjetividade e que alguns se associam mais do que outros a variáveis objetivas. Outros ainda dependem inteiramente de controles intraverbais. No primeiro caso, por exemplo, os idosos podem referir-se a sintomas somáticos baseados em referentes físicos. Podem avaliar sua classe social ou sua mobilidade social com base nos bens que possuem ou que possuíam no passado e não possuem mais. Podem relatar sentimentos como ansiedade ou tristeza, que têm referentes físicos mais claros do que outros estados subjetivos, cuja nomeação depende de refinadas aprendizagens, como saudade ou admiração. Além disso, as pessoas podem falar sobre questões existenciais, tais como preocupação com a felicidade das próximas gerações, cujos referentes fisiológicos ou sociais são muito mais tênues (para uma discussão mais

detalhada deste assunto, ver Skinner, 1989).

Em estudo com 903 idosos residentes na comunidade de Juiz de Fora (MG), Batistoni, Neri e Cupertino (no prelo), entrevistados pelo estudo PENSA (Estudo dos processos de Envelhecimento Saudável), as autoras identificaram a necessidade de validar as medidas das variáveis subjetivas indicativas da avaliação que o indivíduo faz de sua posição social, já que, diferente das produções internacionais, são variáveis pouco utilizadas em estudos psicológicos brasileiros. Solicitando ao idoso entrevistado que julgasse a classe social a que este percebia pertencer atualmente e a classe a que julgava pertencer no início da vida adulta, o estudo pode descrever a percepção de classe social do idoso, assim como gerar um indicador de mobilidade social percebida a partir da comparação das avaliações da classe passada com a atual. Foram escolhidas, assim, variáveis de percepção de classe social, cuja relação com as suas correspondentes objetivas, como nível de renda, de escolaridade não era conhecida na amostra estudada.

Os resultados dessa investigação identificaram que, quanto à percepção atual da classe social, quase 60% dos idosos afirmaram acreditar que pertencem à classe média, 22,5% relataram pertencer à classe média-baixa, 9,9%, à média-alta, 7,1%, à classe baixa, 0,9%, à classe alta e apenas 0,1 classificou-se como miserável. No que se referiu à mobilidade social percebida, a maioria dos idosos avaliou que, na velhice, não sofreu nenhuma mudança em sua posição social atual quando comparada à posição que julgava ocupar na vida adulta. Somente 10,5% avaliaram que melhoraram quanto a esse quesito de sua qualidade de vida e somente 11,4% declararam ter piorado.

Testes estatísticos revelaram também relações significantes entre escolaridade e renda, no sentido em que quanto mais alto o grau de escolaridade dos sujeitos, maior a sua renda. Também foi observada associação significativa entre nível de escolaridade e classe social percebida e entre nível de renda e classe social percebida. Ou seja, os testes estatísticos revelaram associação entre os dados objetivos e subjetivos referentes aos aspectos socioeconômicos.

Este estudo ainda investigou a relação de variáveis que espelham vulnerabilidade para depressão associada à posição social, que, como aponta a literatura, predispõe pessoas de quaisquer idades, inclusive os idosos, a condições adversas associadas à pobreza, ao estresse social, à violência, à doença, à discriminação e à falta de oportunidades. Contudo, não foram encontradas relações significativas entre as variáveis classe social e mobilidade social e presença de sintomas depressivos.

Os resultados derivados do estudo de Batistoni, Neri e Cupertino (no prelo) ilustram a necessidade de se compreender, com maior profundidade, a influência de tais variáveis de classe social sobre os sintomas depressivos. Principalmente a necessidade de se averiguar se o fato de não haver encontrado relações dessas variáveis com depressão é fruto da congruência entre os dados objetivos e subjetivos gerados pelo tipo de instrumento de medida (ou seja, uma questão metodológica) ou se realmente na velhice essa variável não interfere nos aspectos emocionais e de bem-estar do idoso, diferentemente de sua atuação sobre os adultos mais jovens (ou seja, uma questão evolutiva).

A respeito das possíveis justificativas para as evidências desse estudo, do ponto de vista evolutivo, pode-

se supor que tal resultado, unido à congruência já apresentada entre as avaliações objetivas e subjetivas de classe social e de mobilidade social ocorrida nesta amostra, seria indicativo de ajustamento. Ao longo da vida ou do processo de envelhecimento, os idosos teriam ajustado o seu nível de aspiração às condições de que dispunham e, principalmente os mais pobres, teriam aprendido a lidar com as adversidades associadas ao baixo nível social.

As características da coorte que participou da pesquisa talvez possam explicar os resultados encontrados. É possível que uma noção de ajustamento possa ter decorrido de comparações implícitas que fazem em relação à situação dos adultos jovens brasileiros na atualidade, entre os quais o desemprego é forte e crescente. Diante disso, possuir a própria casa ou uma renda que faça frente às suas necessidades talvez levem os idosos a se ajustarem às condições socioeconômicas e a avaliarem como recursos suficientes para a manutenção do bem-estar.

Por outro lado, a pesquisa psicológica sobre ajustamento na velhice mostra que os idosos não apresentam bem-estar subjetivo mais baixo do que os jovens, mesmo considerando que a velhice implica perdas e afastamento social. É provável que os resultados do estudo que não geraram evidências de relações entre percepção de classe social e mobilidade social e sintomas depressivos se justifiquem pelas hipóteses de que talvez os idosos tenham um nível de aspiração mais baixo do que os jovens e de que suas capacidades de enfrentamento lhes permitam fazer em face de eventuais adversidades associadas ao envelhecimento, sem prejuízo de seu

senso pessoal de bem-estar e ajustamento (Brandstädter & Greve, 1994).

A concordância entre as medidas objetivas e subjetivas de classe social e de mobilidade social encontrada nesta pesquisa também pode ser indicativa da interveniência de processos de aprendizagem social. Ao longo da vida, os sujeitos teriam tido chance de aprender a classificar e a avaliar as suas condições de vida segundo os critérios vigentes na sociedade. Tal aprendizagem deriva da exposição direta e vicariante a experiências de ter ou não acesso a determinados bens e a determinadas oportunidades e posições sociais, que podem parecer congruentes ou incongruentes com a origem familiar, com a bagagem social e com os progressos que as pessoas vão conseguindo em relação aos membros de seu grupo de referência e em relação aos grupos reconhecidos como detentores de uma posição social superior ou inferior.

Refletindo metodologicamente a respeito das evidências do estudo descrito, é provável que, para um alcance mais efetivo dos objetivos propostos, fosse mais interessante utilizar um questionário que remetesse os sujeitos a um grau de avaliação mais subjetivo referente à percepção de classe social e mobilidade social, tal como satisfação em vez de apenas localização percebida na escala social. Futuras investigações sobre a temática poderão verificar se os resultados dessa metodologia se manteriam congruentes com dados objetivos (como renda e nível educacional) e se eles se associariam diferentemente a sintomas depressivos. Tais resultados auxiliariam a investigar a hipótese de maior ajustamento e menores níveis de aspiração no domínio socioeconômico no decorrer do

envelhecimento em relação às faixas etárias mais jovens.

É importante relembrar que a heterogeneidade do processo de envelhecer também é refletida na variabilidade da percepção e avaliação de domínios selecionados, permitindo-se vislumbrar empiricamente a multidimensionalidade e multidirecionalidade do desenvolvimento e envelhecimento. Portanto, as auto-descrições dos idosos sobre suas percepções de classe social e mobilidade social são medidas representantes de domínios psicológicos que podem se relacionar a diferentes trajetórias de envelhecimento emocional. Considera-se, portanto, a necessidade de estudos que possam trazer evidências mais claras para a descrição de fenômenos que são próprios do processo de envelhecimento, próprios da coorte à qual os idosos pertencem e sobre a influência da percepção de classe entre idosos sobre os sintomas depressivos entre idosos, visto que entre os adultos mais jovens são identificadas relações significativas.

Referências

- Adler, N. E., Epel, E. S., Castellazzo, G., & Ickovics, J. R. (2000). Relationship of subjective and objective social status with psychological functioning: Preliminary data in health white woman. *Health Psychology, 19*, 586-596.
- Aldwin, C. M. (1994). *Stress, coping and development: an integrative perspective*. New York - London: Guilford Press.
- Baltes, P. B., & Lang, F. R. (1997). Everyday functioning and successful aging: The impact of

- resources. *Psychology and Aging*, 12, 433-443.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy. The exercise of control*. New York: W. H. Freeman and Company.
- Batistoni, S. S. T., Neri, A. L., Cupertino, A. P. (no prelo). Sintomas depressivos entre idosos: relações com classe, mobilidade e suporte social percebidos e experiência de eventos estressantes. *Revista Psicologia em Estudo*.
- Brandtstädter, J. & Greve, W. (1994). The aging self: Stabilizing and protective processes. *Developmental Review*, 14, 52-80.
- Diehl, M. (1999). Self-development in adulthood and aging: The role of critical life events. In C. D. Ryff & V. W. Marshall (eds.). *The self and society in aging process* (pp.150-183). New York: Springer Publishing Co.
- Diener, E. & Suh, M. E. (1998). Subjective well-being and old age: An international analysis. In K. Warner Schaie and M. Powell Lawton (Eds.). *Annual Review of Gerontology and Geriatrics, Vol 17, Focus on Emotion and Adult Development*. (pp. 304-324). New York: Springer.
- Everson, S. A., Maty, S. C., Lynch, J. W. & Kaplan, G. A. (2002). Epidemiological evidence for the relation between socioeconomic status and depression, obesity, and diabetes. *Journal of Psychosomatic Research*, 53, 891-895.
- Hoffman, S. & Hatch, M. C. (2000). Depressive symptomatology during pregnancy: Evidence for an association with decreased fetal growth in pregnancies of lower social class woman. *Health Psychology*, 19, 535-543.
- Liu, W. M., Ali, S. R., Soleck, G., Hopps, K. D., & Pickett Jr, T. (2004). Using Social Class in Counseling Psychology Research. *Journal of Counseling Psychology*, 51 (1), 3-18.
- Neri, A. L. (2002). Bienestar subjetivo en la vida adulta y en la vejez: rumbo a una Psicología positiva en América Latina. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43 (1-2), 55-74.
- Skinner, B. F. *Questões recentes na análise comportamental*. Campinas, Papirus, 1991.
- Twenge, J. & Campbell, W. K. (2002). Self-esteem and socioeconomic status: A meta-analytic review. *Personality and Social Psychology Review*, 6, 59-71.
- Tyler, K. A., & Hoyt, D. R. (2000). The Effects of an Acute Stressor on Depressive Symptoms Among Older Adults: The Moderating Effects of Social Support and Age. *Research on Aging*, 22, 143-